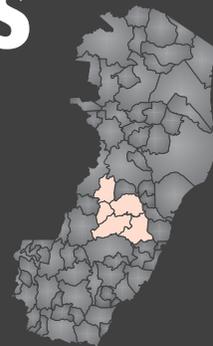


# PANORAMA DAS MICRORREGIÕES CAPIXABAS



**CENTRAL  
SERRANA**

DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SUSTENTÁVEL

Instituto Jones  
dos Santos Neves



GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria de Estado de  
Economia e Planejamento  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento





## GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

José Renato Casagrande

## VICE-GOVERNADORIA

Jacqueline Moraes da Silva

## SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO – SEDES

Heber Resende

## SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP

Álvaro Rogério Duboc Fajardo

## INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

Diretor Presidente

Luiz Paulo Vellozo Lucas

Diretoria de Estudos e Pesquisas

Eduarda La Rocque

Diretoria de Integração e Projetos Especiais

Pablo Silva Lira

Coordenação Estudos Territoriais

Leticia Tabachi Silva

Equipe Técnica

Isabella Batalha Muniz Barbosa

Latussa Bianca Laranja Monteiro

Leticia Tabachi Silva

Nathália Nogarolli Bonadiman

William Joubert Ramos de Almeida

Revisão

Cynthia Lopes Pessoa de Miranda

Marianne Malini

Editoração

Arthur Ceruti Quintanilha

João Vitor André



# INT

# A

# INTRODUÇÃO

A organização do território estadual em macro e micror-regiões é uma das premissas essenciais para a construção de estratégia social inclusiva e

integradora de desenvolvimento. Entretanto, a dinâmica constante do contexto internacional, nacional e regional, exige uma releitura dos cenários e a formulação de novos objetivos, estratégias e metas, bem como uma nova visão de futuro do território do Espírito Santo. Nessa perspectiva, o conhecimento das regiões como referência prévia do planejamento faz com que a regionalização seja uma ferramenta estratégica importante e com potencial dinamizador de desenvolvimento.

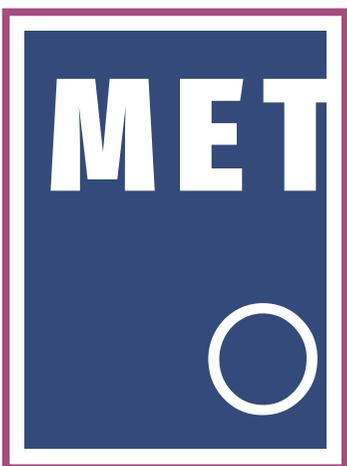
Revisando a bibliografia referente à questão da regionalização, há certo consenso de que a construção geográfica de uma região deve levar em consideração tanto as características de homogeneidade como as de heterogeneidade, ou seja, as identidades do campo geográfico devem estar associadas às atividades econômicas e respectivas interações sociais em escalas mais amplas.

Nesse viés analítico, fatores geográficos tais como fenômenos físicos, bióticos e humanos são determinantes para se

estabelecer a forma como o território será tratado. Entretanto, outras variáveis também devem integrar-se a este escopo e que comumente conjugam fatores externos.

Portanto, as novas relações de trabalho e de mercado, assim como a dinâmica das transformações socioespaciais, já evidenciam mudanças estruturais na organização territorial. Por outro lado, os processos que envolvem mudanças na produção, circulação e consumo, exigem uma maior integração e organização dos municípios de modo a alcançar maior êxito e eficiência na implementação de suas políticas públicas.

Nessa perspectiva, a regionalização deve ser entendida como um instrumento facilitador do planejamento e que deve ser sempre aperfeiçoada no tempo e no espaço, posto que está destinada a coordenar ações no território. Desse modo, o planejamento das ações deve partir do princípio que as regiões são estruturas socioespaciais ativas e dinâmicas, o que impõe constante atualização dos indicadores e estudos permanentes que devem estar associados à nova orientação política e de governança democrática para atendimento das metas de Governo.



# METODOLOGIA

estudo apresenta uma breve caracterização das dez microrregiões do Espírito Santo – Metropolitana, Central Serrana, Sudoeste Serrana, Litoral Sul,

Central Sul, Caparaó, Rio Doce, Centro-Oeste, Nordeste e Noroeste - com atualização de alguns indicadores básicos e respectiva análise sintética, com a finalidade de configurar um panorama geral por região administrativa e subsidiar informações básicas para dar início ao planejamento estratégico regional de Governo. Para elaboração do panorama regional foram selecionados os seguintes dados com a finalidade de uma leitura rápida e dinâmica, a saber:

1. Área da Microrregião
2. População estimada
3. Densidade Demográfica
4. Produto Interno Bruto – PIB
5. Composição do PIB Setorial
6. Produto Interno Bruto Per Capita – PIB per capita
7. Receita Corrente Líquida Per Capita – RCL per capita
8. Índice FIRJAN de Emprego e Renda
9. Índice FIRJAN de Saúde
10. Índice FIRJAN de Educação
11. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

12. Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)
13. Abastecimento de Água – Rede Pública
14. Coleta de Lixo
15. Coleta de Esgoto

Vale ressaltar que, os indicadores utilizados no panorama das regiões, foram atualizados a partir de fontes oficiais diversas, primárias (IBGE, DATASUS, índice FIRJAN,) e secundárias (IJSN, Tribunal de Contas), com periodicidade mais recente, de modo a retratar a realidade regional de forma mais fidedigna e aproximada. Alguns dos indicadores foram desagregados ao nível do município, como por exemplo, o PIB per capita, o IFDM e a Receita Líquida per capita.

Embora existam outros indicadores importantes a serem considerados, esse Panorama das Microrregiões aqui apresentado é um ponto de partida para o levantamento de um grupo de indicadores e dados a serem selecionados e aprimorados posteriormente. Destaca-se que estas informações motivam a continuidade do levantamento e estudo microrregional, em concordância com o objetivo e percepção do contexto que será estudado.



# CENTRAL SERRANA



ÁREA

**2.966,78** km<sup>2</sup>

**6,44%** Território Estadual



POPULAÇÃO ESTIMADA (2018)

**100.269** Habitantes

**2,52%** População Estadual



DENSIDADE DEMOGRÁFICA (2018)

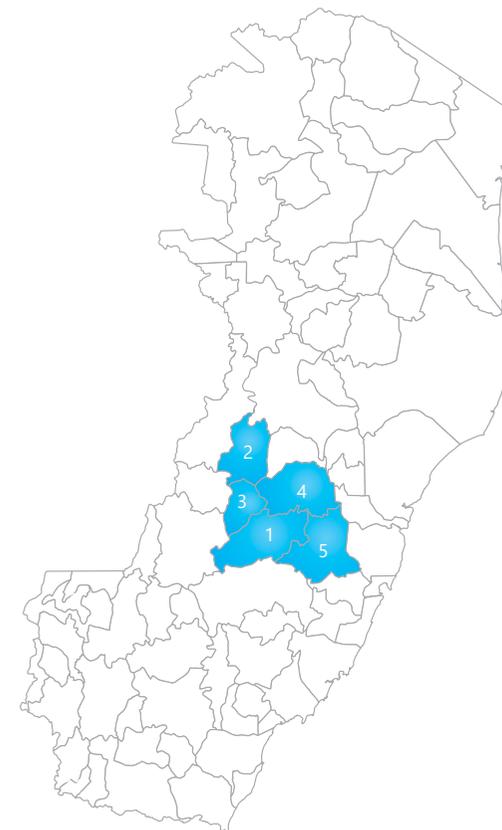
**33,80** Hab./km<sup>2</sup>

**86,19** Hab./km<sup>2</sup> Taxa Estadual

A microrregião Central Serrana é composta por cinco municípios, a saber: Santa Maria de Jetibá, Itaguaçu, Itarana, Santa Teresa e Santa Leopoldina.

A região ocupa 6,44% do território estadual e apresenta uma população estimada em 100.269 habitantes (IBGE, 2018), o que representa apenas 2,52% da população total do estado. A densidade da microrregião é relativamente baixa, 33,80 hab/km<sup>2</sup>, se comparada com a do Espírito Santo, cuja densidade é 86,19 hab/km<sup>2</sup>.

É uma microrregião serrana com grande potencial paisagístico e turístico, além da tradição e dos costumes da população predominantemente de origem pomerana e italiana.



- 1 Santa Maria de Jetibá
- 2 Itaguaçu
- 3 Itarana
- 4 Santa Teresa
- 5 Santa Leopoldina

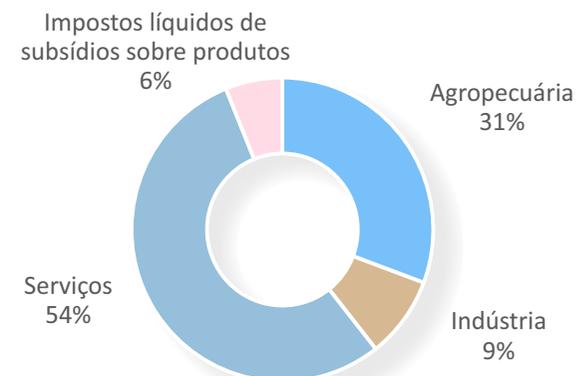
Essa microrregião contribui com 1,94% do PIB estadual, sendo que na composição do PIB por setores destacam-se as atividades de serviços, com 54%, seguido pela agropecuária, com 31%, indústria com 9%, e por último, impostos líquidos de subsídios sobre produtos, com 6%.

O PIB per capita da microrregião Central Serrana é de R\$ 20.690,46, sendo que o estado do Espírito Santo apresenta um PIB per capita de R\$ 27.487,45. Entre os municípios, destaque para Santa Maria de Jetibá, com R\$ 26.239,09, seguido por Itarana (R\$ 18.192,73) e Santa Teresa (R\$ 18.035,85), com os maiores PIBs relativos, nesta ordem. O menor PIB per capita da região é o do município de Santa Leopoldina, com R\$ 15.562,70.



PIB  
**2.115,52**  
Milhões de Reais  
**1,94%**  
do PIB Estadual

## COMPOSIÇÃO PIB SETORIAL



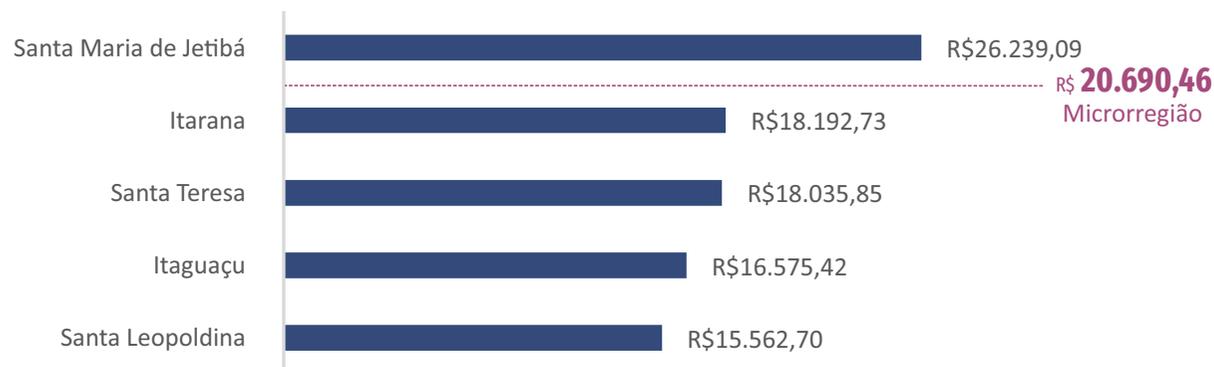
Fonte: IJSN e IBGE [2016]



PIB PER CAPITA  
Central Serrana  
**R\$ 20.690,46**



Espírito Santo  
**R\$ 27.487,45**



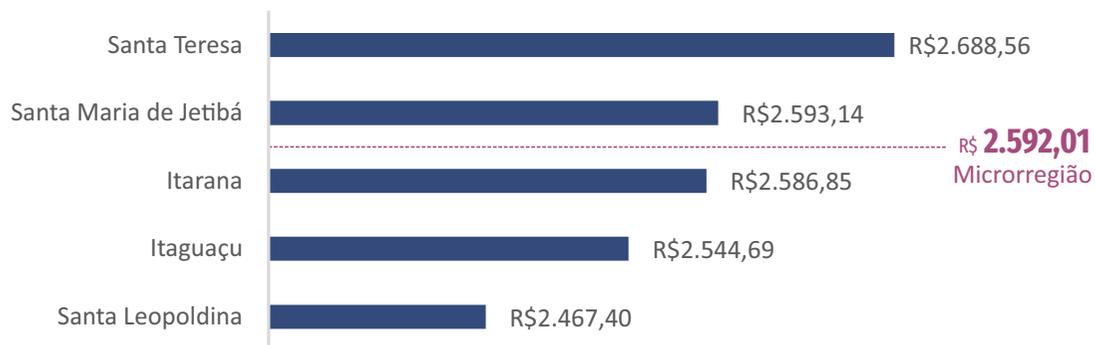
Fonte: IJSN e IBGE [2016]



Receita Corrente Líquida  
Per Capita – Central Serrana  
R\$ **2.592,01**



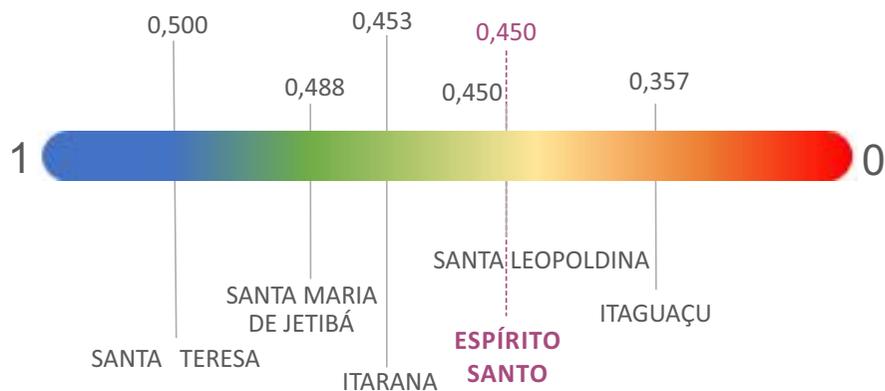
Espírito Santo  
R\$ **2.524,19**



Fonte: IJSN/TCE e IBGE [2017]



IFDM - Firjan  
Emprego & Renda



Fonte: IPEA [2010]

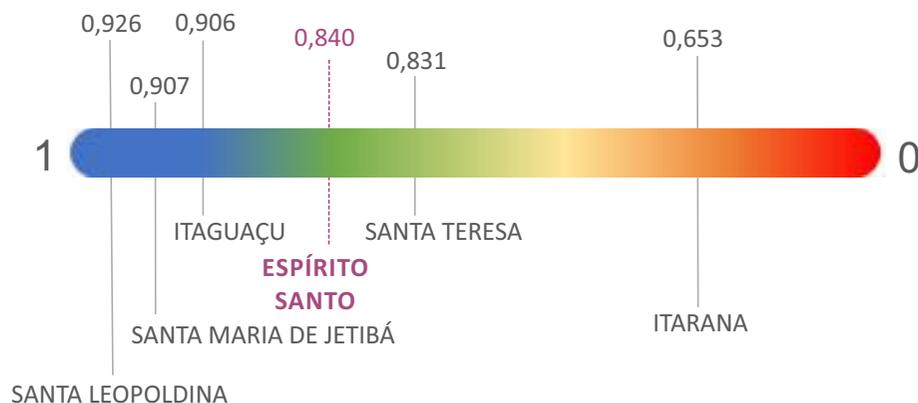
A receita líquida da microrregião Central Serrana é de R\$ 2.592,01, sendo que a do Espírito Santo é de R\$ 2.524,19. Considerando o contexto dos municípios que compõem a microrregião, a maior receita líquida per capita é a do município de Santa Teresa, com R\$ 2.688,56, seguido pelos municípios de Santa Maria de Jetibá (R\$ 2.593,14) e Itarana (R\$ 2.586,85). A mais baixa receita líquida per capita da região é a do município de Santa Leopoldina, com R\$ 2.467,40, assim como o município tem o menor PIB per capita da microrregião, conforme citado acima.

O Índice Firjan<sup>1</sup> de Emprego e Renda apresenta para os municípios da microrregião Central Serrana índices classificados de baixo (de 0 a 0,4) a regular desenvolvimento (de 0,4 a 0,6), com valores variando entre 0,357 a 0,500. O maior Índice Firjan de Emprego e Renda é o do município de Santa Teresa, com 0,500, e o menor índice é o do município de Itaguaçu, com 0,357.


 Índice Firjan de Saúde na maioria dos municípios que compõe a microrregião Central Serrana é considerado de alto desenvolvimento (de 0,8 a 1), com índices variando entre 0,831 e 0,926, com exceção de Itarana, que apresenta um índice moderado (0,653). Os municípios que apresentam os maiores índices são: Santa Leopoldina (0,926), Santa Maria de Jetibá (0,907) e Itaguaçu (0,906).

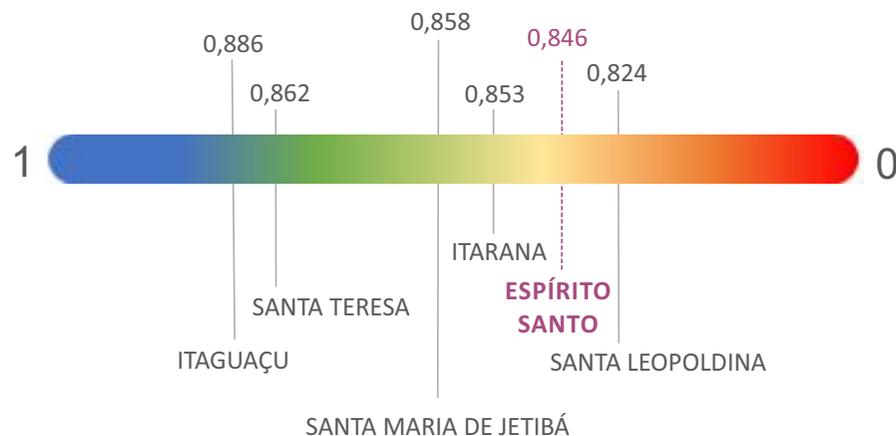
Em relação ao Índice Firjan de Educação, os municípios que compõem a microrregião apresentam índices que variam entre 0,824 a 0,886, o que indica um alto desenvolvimento na Educação. Os municípios de Itaguaçu e Santa Teresa apresentam os índices mais elevados da região, com 0,886 e 0,862 respectivamente, sendo que o município de Santa Leopoldina é o que apresenta o menor índice, 0,824, ainda assim considerado de alto desenvolvimento.

## ÍNDICE FIRJAN DE SAÚDE



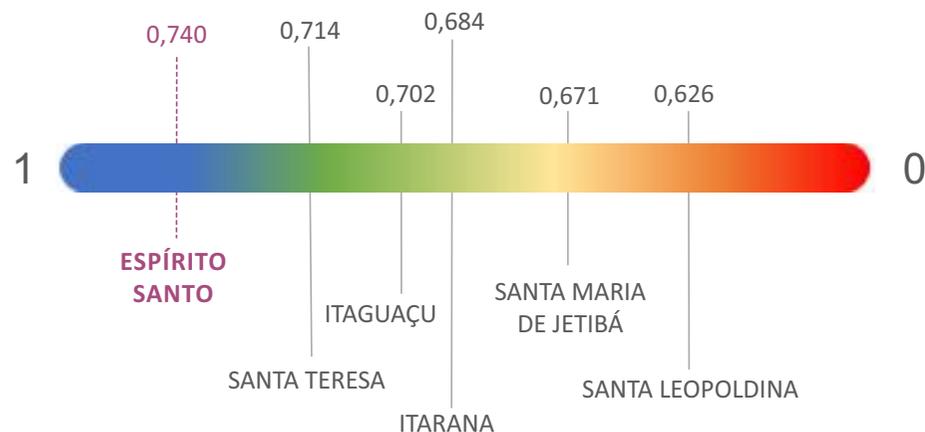
Fonte: FIRJAN [2016]

## ÍNDICE FIRJAN DE EDUCAÇÃO



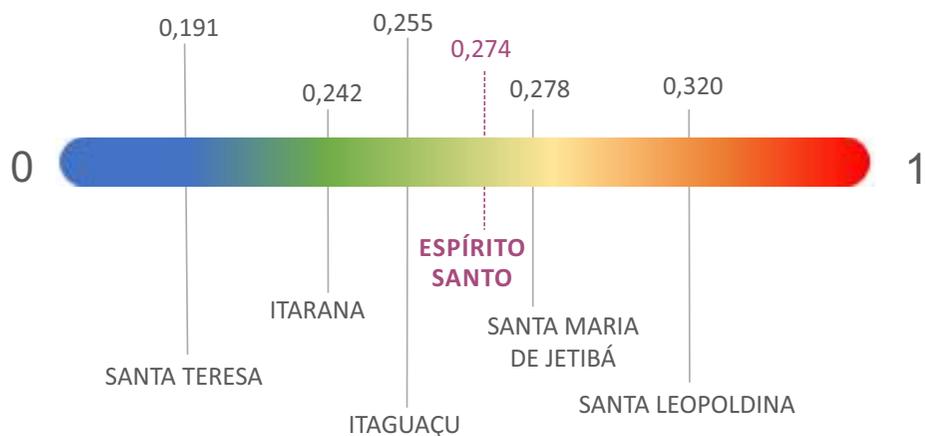
Fonte: FIRJAN [2016]

## IDHM



Fonte: ATLAS BRASIL [2010]

## IVS – ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL



Fonte: IPEA [2010]

○ Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)<sup>2</sup> mensura o desenvolvimento humano com base em três dimensões – longevidade, escolaridade e renda. O IDHM do Espírito Santo é de 0,740, considerado de alto desenvolvimento humano, porém, a microrregião Central Serrana apresenta índices que revelam um IDHM de médio a alto desenvolvimento. Os municípios de Santa Teresa e Itaguaçu apresentam um IDHM alto, de 0,714 e 0,702, respectivamente. O município de Santa Leopoldina tem o menor IDHM da microrregião, de 0,626.

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)<sup>3</sup> é mensurado com base em três dimensões: Infraestrutura Urbana, Capital Humano, Renda e Trabalho. O indicador auxilia no enfrentamento das desigualdades e oportunidades. O Espírito Santo apresenta um IVS baixo, de 0,274, o que significa dizer que o estado apresenta baixa vulnerabilidade. Os índices do IVS relativos aos municípios que compõem a microrregião Central Serrana são diversificados quanto à classificação, variando entre muito baixa, baixa e média vulnerabilidade. O IVS mais baixo, ou seja, o de menor vulnerabilidade, refere-se ao município de Santa Teresa (0,191), e o IVS mais alto é do município de Santa Leopoldina (0,320).

Quanto ao atendimento dos serviços de saneamento na microrregião, foram considerados três serviços básicos: abastecimento de água por rede pública, coleta de lixo e coleta de esgoto. Os serviços básicos não estão universalizados na microrregião e apresentam percentuais de atendimento baixos: abastecimento de água por rede pública, com 41%; coleta de lixo, com 61%, e, por fim, a coleta de esgoto, com apenas 28% da população regional atendida.

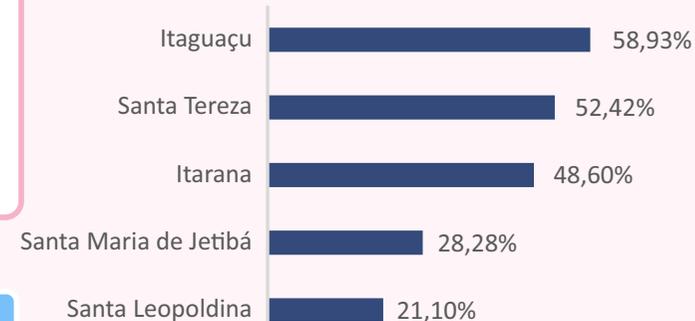
Em relação aos serviços de saneamento nos municípios, observa-se que Itaguaçu apresenta a maior cobertura da microrregião relativo ao abastecimento de água por rede pública, com 58,93%. O município de Santa Tereza apresenta a maior cobertura em dois serviços: coleta de lixo, com 72,90%, e coleta de esgoto, com 46,27%. O município de Santa Leopoldina é o que apresenta os menores percentuais de cobertura da microrregião nos três serviços: abastecimento de água por rede pública, com 21,10%; coleta de lixo, com 37,01%; e coleta de esgoto, com apenas 6,26%.



## ABASTECIMENTO DE ÁGUA REDE PÚBLICA

41%  
Microrregião

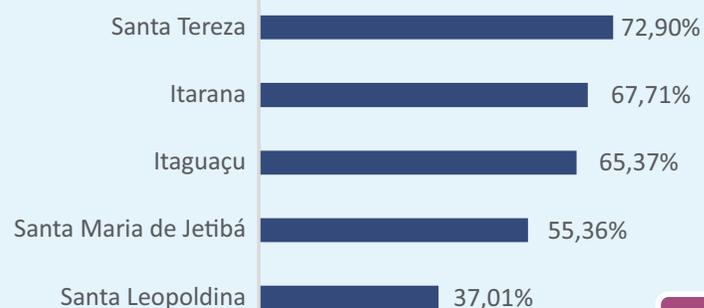
77%  
Espírito Santo



## COLETA DE LIXO

61%  
Microrregião

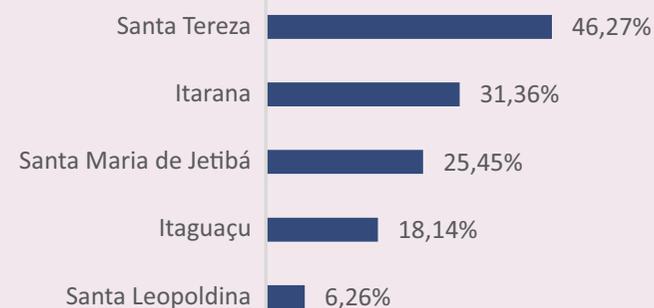
81%  
Espírito Santo



## COLETA DE ESGOTO

28%  
Microrregião

61%  
Espírito Santo



# NOTAS

<sup>1</sup> Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico

de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & Renda, Educação e Saúde. De leitura simples, o índice varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) para classificar o nível de cada localidade em quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1) desenvolvimento. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/>.

<sup>2</sup> O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global - longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Fonte: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceito/s/o-que-e-o-idhm.html>. No IDHM, as três dimensões têm o mesmo peso, as médias são geométricas, e as faixas de desenvolvimento humano são fixas, sendo: Baixo Desenvolvimento Humano menor que 0,550, Médio entre 0,550 e 0,699, Alto entre 0,700 e 0,799 e Muito Alto Desenvolvimento Humano acima de 0,800. Fonte: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o\\_atlas/idhm/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/).

<sup>3</sup> O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) é mensurado com base em três dimensões: Infraestrutura Urbana, Capital Humano, Renda e Trabalho. A dimensão **Infraestrutura Urbana** é composta por três indicadores: % de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados; % da população que vive em domicílios urbanos sem o serviço de coleta de lixo; % de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e que gastam mais de uma hora até o trabalho. Por sua vez, a dimensão **Capital Humano** é composto por oito indicadores, a saber: Mortalidade até 1 ano de idade; % de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola; % de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola; % de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos; % de mães chefes de família, sem fundamental completo e com filho menor de 15 anos de idade; Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade; % de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo; % de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (de 2010). E por fim, a dimensão **Renda e Trabalho** é composta por cinco indicadores: Proporção de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (de 2010); Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade; % de

pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal; % de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idosos; Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade. Fonte: IPEA. *Relatório de pesquisa a nova plataforma da vulnerabilidade social: primeiros resultados do índice de vulnerabilidade social para a série histórica da Pnad (2011-2015) e desagregações por sexo, cor e situação de domicílio*. Pg.3.

Cada indicador do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) teve seu valor normatizado numa escala que varia entre 0 e 1. A classificação das faixas de vulnerabilidade são: muito baixa, de 0 a 0,200; baixa de 0,200 a 0,300; média de 0,300 a 0,400; alta de 0,400 a 0,500 e muito alta de 0,500 a 0,1. Fonte: Atlas. Disponível em <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/sobre>.

# REF

# ERÊNCIAS

ARRAIS, Tadeu Alencar. A cidade e a região/a cidade-região: reconhecer processos, construir políticas. Cadernos Metrópole, São Paulo, n.20, p.81- 91, 2ª sem. 2008.

ESPÍRITO SANTO (estado). Plano do Governo do Estado do Espírito Santo ES 2030. Vitória. 2011.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização, multiterritorialidade e regionalização. In: Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial. Anais da oficina sobre a política de ordenamento territorial. Brasília, Ministério da Integração Nacional, 2005.

\_\_\_\_\_. Fim dos territórios ou novas territorialidades? In: LOPES, L.; BASTOS, L. (orgs.). Identidades: recortes multi e interdisciplinares. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: Castro, I. et al. (orgs). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Nota técnica: memória dos dados e metodologia para o panorama das microrregiões do Espírito Santo. Vitória. 2019.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do séc. XXI. 7.ed. Rio de Janeiro. Record, 2005

SOUZA, Marcelo Lopes. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

**Instituto Jones  
dos Santos Neves**



**GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO**  
*Secretaria de Estado de  
Economia e Planejamento*  
*Secretaria de Estado de Desenvolvimento*

